



Bolsa Família incluirá renda mínima de R\$ 70 por pessoa

Segue para sanção projeto derivado de medida provisória estabelecendo valor para superação da extrema pobreza independentemente de a família ter crianças ou adolescentes. Governo terá que compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes

Plenário do Senado aprovou ontem, sem modificações, texto da Câmara que altera medida provisória sobre o Programa Bolsa Família para assegurar o pagamento de

R\$ 70 por pessoa a todas as famílias com renda per capita mensal inferior a esse valor. Proposta original do governo favorecia apenas famílias com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos.

O projeto aprovado também retira do Bolsa Família a regra de calcular o benefício de acordo com faixas de renda. Agora o Executivo precisará ajustar o valor para atingir os R\$ 70. **2**

Em 100 dias, transparência, economia e pauta social

Medidas administrativas e institucionais, somadas a decisões em Plenário, marcam os primeiros 100 dias de gestão da atual Comissão Diretora. **3 a 5**

Jonas Pereira/Agência Senado



Reunião da Mesa, ontem: Senado conclui hoje doação de equipamentos hospitalares, uma das medidas adotadas

Despesa com instrução de funcionário pode ser compensada **9**

Comissão aprova relatório sobre proposta que desonera folha **7**

Senadores exaltam vitória de brasileiro na Organização Mundial do Comércio **6**

Entidades criticam projeto que prevê médicos no interior **10**

Inspirada no México, subcomissão quer tipificar assassinato de mulheres **11**



Gerardo Magela/Agência Senado

Os senadores Vital do Rêgo, Antonio Carlos Rodrigues e Aloysio Nunes, autor da proposta de voto distrital, na CCJ

Voto distrital para vereador é rejeitado

Depois da decisão da CCJ, Aloysio Nunes, autor da proposta, anunciou que recorrerá ao Plenário do Senado. De acordo com o

texto, os municípios com mais de 200 mil habitantes seriam divididos em distritos e cada um deles elegeria um vereador. **12**

Incentivos para agricultura na fronteira do Norte **8**

BNDES aumentará verba para portos, aeroportos, rodovias e ferrovias

Presidente do banco de fomento, Luciano Coutinho, disse que setor de logística receberá R\$ 30

bilhões neste ano e R\$ 34 bilhões em 2014. No ano passado, foram R\$ 25 bilhões. **7**

Pedro Franco/Agência Senado



Senadores farão inspeção em obra de rodovia federal em RO

Fernando Collor chegou a rasgar documento em que Dnit informava que obras em rodovias federais estavam em dia. **6**

Fernando Collor, presidente da Comissão de Infraestrutura, rasgou documento enviado pelo Dnit



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário aprova ampliação do Programa Bolsa Família

Senado acata proposta recebida da Câmara, incorporando ao texto da MP original mudanças feitas por outra medida, editada este ano

O PLENÁRIO DO Senado aprovou o projeto que amplia o Programa Brasil Carinhoso e assegura renda mínima mensal de R\$ 70 por pessoa a todas as famílias incluídas no Programa Bolsa Família. O PLV 8/2013, proveniente da Medida Provisória 590/2012, foi aprovado na forma do texto da Câmara dos Deputados e segue para sanção.

O texto original da MP autorizou as famílias com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos a receber o benefício para

superação da extrema pobreza, previsto na lei do Bolsa Família (Lei 10.836/2004). A comissão mista que analisou a MP na Câmara, no entanto, aprovou relatório da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES).

Ela incorporou ao texto mudanças previstas depois, na MP 607/2013, que concedeu o benefício para superação da extrema pobreza, a partir de 1º de março deste ano, a todas as famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 70, independentemente de a família ter crianças ou adolescentes.

O PLV 8/2013 retira da lei do Bolsa Família a regra de calcular o benefício por faixas de renda. Agora, caberá ao Poder Executivo ajustar o valor para

que a renda familiar per capita atinja R\$ 70 mensais.

O governo deverá ainda compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. A única mudança feita pela relatora é a previsão de acesso, para adolescentes de 14 a 17 anos, a programas e cursos de educação e qualificação profissionais.

Apesar de reconhecerem a importância da proposta, líderes da oposição, como Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e José Agripino (DEM-RN), criticaram a demora da tramitação da medida na Câmara.

(Com informações da Agência Câmara)



Ana Rita (E), Ângela Portela e Mozarildo conversam na sessão em que se aprovou o aumento no Bolsa Família

Lio de Paula/Agência Senado

Ângela rebate crítica a políticas sociais do PT

Ângela Portela (PT-RR) reclamou em Plenário do que chamou de tentativas de parte da imprensa de desqualificar as políticas sociais implantadas pelo governo do PT no Brasil. O alvo principal é, segundo a senadora, o Bolsa Família.

Ela relatou que, no início, tentou-se rotular o programa de “esmola”. Posteriormente, a tática foi divulgar que o benefício

estimulava a preguiça entre a população de baixa renda. Segundo ela, as tentativas não tiveram sucesso.

A senadora disse que, apesar dos bons resultados, “vozes conservadoras” da imprensa continuam incomodadas com o êxito do programa no combate à miséria. A nova frente de ataque ao projeto é a disseminação da falsa ideia de

que o Bolsa Família não propicia alternativa de melhoria de vida às famílias beneficiadas. Ela garantiu, no entanto, que o Pronatec oferece às pessoas atendidas pelo programa, que não têm perspectivas de ingressar no mercado de trabalho, cursos de qualificação por meio do Sistema S e das escolas técnicas federais. A meta é formar 1 milhão de pessoas até 2014.



Anibal lamenta morte de Cameli, ex-governador do AC

Anibal Diniz (PT-AC) lamentou a morte do ex-governador do Acre Orleir Cameli, ocorrida ontem, em decorrência de câncer.

— É uma grande perda para o povo do Acre, principalmente para o povo do Vale do Juruá, onde passou a maior parte de seus dias — disse.

Sessão especial lembrará vítimas da ditadura chilena

Em setembro, o Senado realizará sessão especial para homenagear as vítimas da violência e do arbítrio no 40º aniversário do golpe militar ocorrido no Chile.

A homenagem às vítimas do golpe foi uma iniciativa de Lídice da Mata (PSB-BA), por meio do Requerimento 123/2013, aprovado ontem no Senado.

A sessão será realizada no dia 9 de setembro, no Plenário.

Vai para sanção texto que cria universidade na BA

A criação da Universidade Federal do Sul da Bahia, com sede em Itabuna e campi em Porto Seguro e Teixeira de Freitas, foi aprovada ontem pelo Senado.

A previsão do governo é iniciar as atividades da nova universidade em 2014.

O projeto de lei tramitou na Câmara como PL 2.207/2011 e no Senado como PLC 12/2013. Falta agora a sanção da presidente da República.

Aprovado fim da exigência de visto entre Brasil e Sérvia

O Senado aprovou o fim da necessidade de visto entre Brasil e Sérvia. O acordo entre os governos foi celebrado em 2010, mas ainda precisava da aprovação do Senado.

A isenção do visto é válida para fins de turismo e negócios.

Pelo texto do acordo, os brasileiros poderão visitar a Sérvia por um máximo de 90 dias a cada 180 dias, contados da primeira entrada.

Nuzman convida Renan a visitar obra para Olimpíadas

Em reunião ontem, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, convidou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a ir ao Rio de Janeiro para ver o andamento das obras dos Jogos Olímpicos de 2016.

De acordo com Nuzman, serão apresentados a Renan os diversos projetos de melhoria da infraestrutura do Rio que atenderão a demanda das competições esportivas.

Segundo a Secretaria de Imprensa da Presidência, o presidente do COB também propôs a Renan a realização de um grande seminário no Congresso Nacional, no segundo semestre, para discutir o impacto econômico, a geração de empregos e o legado das Olimpíadas.

Criados grupos parlamentares bilaterais

Foi aprovada em Plenário a criação de dois grupos parlamentares, Brasil-Dinamarca e Brasil-Sérvia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Legislativos.

Cada grupo será integrado por senadores e deputados federais.

O projeto PRS 60/2010 instituiu o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca. O texto, do ex-senador Eduardo Azeredo, destaca os mesmos ideais de coexistência internacional e o regular apoio dinamarquês a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

O PRS 61/2010, do mesmo autor, instituiu o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e ressalta a importância da república remanescente da Iugoslávia.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois das 19h40 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MP do Pronatec

14h A pauta está trancada pela MP 593/2012, que amplia o Pronatec.

PRESIDÊNCIA Posse de Afif Domingos

10h Renan Calheiros participa da posse do ministro Afif Domingos (Micro e Pequena Empresa); às 11h30, doação ao GDF; às 12h, portal da Biblioteca; às 15h30, sessão sobre 100 dias da Mesa; e às 16h, ordem do dia.

CRA Ferrugem asiática na soja

8h30 Debate sobre impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a soja brasileira, com Ana Maria Vekic (Anvisa).

CAS/CAE/CCJ Presidente da Anvisa

9h Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, apresenta relatório de atividades.

CDH Ministra de Direitos Humanos

9h Maria do Rosário participa de audiência sobre famílias vítimas do massacre de Felisburgo, em Minas Gerais.

SAÚDE Representantes do Ipea

9h Comissão temporária sobre sistema de saúde promove audiência com Luciana Servo e Edvaldo de Sá, do Ipea.

CRE Ministro da Defesa

9h30 Celso Amorim fala sobre as prioridades do Ministério da Defesa. Em seguida, comissão analisa documento sobre modificação do Regimento Interno.

CLIMA Revisão do Plano Nacional

10h Audiência sobre a revisão do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, da comissão mista que trata do assunto.

LANÇAMENTO Biblioteca Digital

12h Lançamento do novo portal da Biblioteca Digital, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

LEGISLAÇÃO PEC das Domésticas

14h Comissão que regulamenta dispositivos da Constituição apresenta propostas sobre trabalhador doméstico e terrorismo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE). As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e, na sequência, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Governo do Distrito Federal receberá hoje material ambulatorial que era usado no serviço médico do Senado, extinto como parte do programa de redução de custos

Doação de equipamentos médicos ajuda a economizar R\$ 303 milhões



O SENADO CONCLUI hoje a doação ao governo do Distrito Federal dos equipamentos ambulatoriais que vinham sendo utilizados no serviço médico da Casa. A Secretaria de Saúde do GDF fará o recolhimento em solenidade na garagem do ambulatório, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do governador Agnelo Queiroz.

O ato faz parte das medidas adotadas pela Comissão Diretora, ainda em fevereiro, para redução de gastos. A extinção do serviço médico representa R\$ 6 milhões dos R\$ 303 milhões que o Senado pretende economizar em dois anos.

Parte dos servidores do setor foi incorporada aos serviços de emergência e perícia; outros foram cedidos ao governo do Distrito Federal. Em troca, o Senado recebeu profissionais de áreas em que tem carência de mão de obra: informática, gestão de políticas públicas e manutenção predial. A extinção foi possível porque o Senado já oferece aos servidores um plano de saúde compatível com o mercado privado.

— Era redundante a convivência entre o plano de saúde e o atendimento ambulatorial — afirmou Renan.

O fortalecimento do Sistema de Saúde do Senado (SIS) começou com um convênio com a Caixa Econômica Federal, que permitiu a redução de custos pela supressão de tarefas burocráticas. O plano de saúde dos servidores tem 15 mil beneficiários e orçamento anual de R\$ 130 milhões —



Nova gestão do Senado começou com conjunto de medidas de cortes de gastos, decididas em reunião da Comissão Diretora em fevereiro

aproximadamente metade desse valor custeado com contribuições dos servidores e receitas financeiras.

Foram extintas 500 funções de chefia e assessoramento — 25% do total —, o que representa uma economia de R\$ 26 milhões em dois anos. O fracionamento de cargos de livre nomeação nos gabinetes parlamentares diminuiu de 80 para 55. Também foram proibidas nomeações para as áreas de saúde, assistência social e de polícia legislativa.

A necessidade de eliminar redundâncias norteou uma série de mudanças. Foram aglutinados setores com atividades afins, como ILB, Interlegis e Unilegis; Arquivo, Biblioteca e Secretaria de Informação e Documentação; Secretarias de Engenharia, Telecomunicações e de Técnica Eletrônica. A Secretaria de Recursos Humanos incorporou a Secretaria de Estágios, e o mesmo ocorreu com a Secretaria de Patrimônio, que incorporou a Secretaria de Serviços Gerais. Só com essas mudanças estima-se economia de R\$ 3 milhões.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

- ✓ Corte de 485 **funções comissionadas**: economia de **R\$ 26 milhões**
- ✓ Extinção e fusão de **estruturas administrativas**: economia de **R\$ 3 milhões**
- ✓ Fim de contratos de terceirização de **mão de obra**: economia de **R\$ 66 milhões**
- ✓ Redução de 32% na terceirização de **serviços**: economia de **R\$ 13,3 milhões**
- ✓ **Jornada corrida** de sete horas, evitando contratações: economia de **R\$ 160 milhões**
- ✓ Extinção do atendimento ambulatorial no **Serviço Médico**: economia de **R\$ 6 milhões**
- ✓ **Cessão à rede pública** dos equipamentos hospitalares e profissionais do Serviço Médico do Senado para atendimento à população
- ✓ Corte de 10% no contrato de mão de obra da **Gráfica** e redução na tiragem das edições técnicas: economia de **R\$ 4,6 milhões**
- ✓ Redução de 10% nos contratos para atendimento e apoio administrativo do **Prodasen**: economia de **R\$ 1,4 milhão**
- ✓ Suspensão da distribuição de **kits de informática** para câmaras municipais: economia de **R\$ 7 milhões**
- ✓ Limitação das **chamadas** interurbanas, internacionais e para telefones celulares: economia superior a **R\$ 1 milhão** por ano
- ✓ Cobrança de taxa de ocupação dos **imóveis do Senado**, utilizados por titulares de outros Poderes: economia de **R\$ 2,3 milhões**
- ✓ Realização de reuniões de **comissões técnicas** não parlamentares somente em Brasília: economia anual de **R\$ 500 mil**
- ✓ Extinção de 101 **funções comissionadas** nos gabinetes de parlamentares, de lideranças e de membros da Mesa
- ✓ Proibição de nomeações: 159 **cargos bloqueados**
- ✓ Redução de 25% nos contratos de **jardinagem**
- ✓ Economia de 4,2% do **Orçamento** aprovado

Comitê tentará reduzir despesas de passagens aéreas

No final de abril, foi instalado o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, tendo como objetivo tornar o Senado cada vez mais transparente para a sociedade, explicitando o planejamento estratégico que a administração seguirá nos próximos anos. O comitê é presidido pelo primeiro-secretário da Mesa, Flexa Ribeiro, e coordenado pela Diretoria-Geral da Casa.

— O principal desafio é dar transparência às ações do Senado, reduzir custos, sem perder a eficiência — explicou Renan.

O presidente do Senado estabeleceu algumas prioridades de trabalho ao comitê. Uma delas é a redução das despesas com passagens aéreas. Outra preocupação é com a conta de energia elétrica. Renan solicitou ao comitê que busque parcerias com indústrias interessadas em oferecer ao Senado projetos para redução dos gastos com energia, que incluía desde trocas de lâmpadas a soluções inteligentes de racionalização.

Renan requisitou também ao comitê que viabilize a implantação de um CNPJ para os senadores receberem a verba indenizatória separada das contas pessoais. De acordo com o presidente, a medida vai contribuir para a transparência do Senado.

— Com o CNPJ, a movimentação dos recursos da verba indenizatória será feita separadamente da conta particular dos senadores. Assim, o recurso que é destinado ao exercício do mandato, que é o caso da verba indenizatória, terá a destinação mais adequada e de forma transparente à sociedade — explicou.

Em discurso no Plenário, Renan fará hoje balanço dos cem primeiros dias na Presidência do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fará hoje um balanço dos cem primeiros dias à frente da Casa. Em pronunciamento no Plenário, relatará o que considera avanços nas áreas administrativas, de produção legislativa e institucional.

— Em cem dias, a Comissão Diretora conseguiu implementar dezenas de medidas voltadas à modernização administrativa, à eficiência e à redução de custos. Para o biênio 2013-2014, já projetamos economia superior a R\$ 300 milhões e esse número pode crescer.

Também foram adotadas medidas

para facilitar o acesso às informações sobre a administração do Senado, como o Conselho de Transparência.

— Precisamos aproximar o Senado da sociedade — explica Renan.

No âmbito legislativo, a Casa reforçou as regras para que ministros e dirigentes de agências reguladoras prestem contas e decidiu avaliar periodicamente o Sistema Tributário Nacional. Além disso, os senadores votaram projetos como o Estatuto da Juventude, novas regras para o Fundo de Participação dos Estados e a ampliação de direitos dos empregados domésticos.

Jucá informa que novos ajustes administrativos estão sendo estudados pela Comissão Diretora

De acordo com o segundo-vice-presidente, Romero Jucá, a austeridade deve continuar. Ele informou que estão sendo estudados ajustes em procedimentos administrativos nos serviços gráficos e de informática. Jucá disse que a Comissão Diretora continua com a preocupação de simplificar a atuação do Senado.

— As medidas tomadas já surtiram um efeito bastante grande, tanto na contenção de despesas quanto na modernização do Senado — afirmou.

Jucá negou que o Senado esteja cortando benefícios dos servidores

enquanto mantém os dos senadores. Lembrou que houve corte de funções também nos gabinetes e disse que ele próprio não utiliza os serviços de auxiliar de check-in em aeroporto — tema de reportagem da *Folha de S.Paulo*.

— Não houve incremento em nenhum tipo de regalia. O que estamos fazendo é cortar despesas para o Senado — declarou o senador.

A comissão aprovou ainda uma série de requerimentos de informação para autoridades, pedidos de tramitação conjunta e ajustes no Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social.

Ministros e chefes de agências reguladoras terão de prestar contas na Casa; comissão preencherá lacuna deixada por dispositivos da Constituição que requerem regulamentação

Novas medidas reforçarão papel político e institucional da Casa



ALÉM DAS MEDIDAS administrativas, o Senado adotou providências destinadas a ampliar a atuação política e de representação da sociedade.

A Casa reforçou regras para estabelecer que ministros e dirigentes de agências reguladoras prestem contas das atividades deles e decidiu avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Também irá regulamentar dispositivos constitucionais que ainda dependem de detalhamento. Começou a funcionar em abril a Comissão Mista de Consolidação das Leis. A primeira tarefa é propor regulamentação para o trabalho doméstico.

O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), estima que existam mais de 117 dispositivos constitucionais que necessitam de regulamentação. Além dessa tarefa, a comissão trabalha para tornar sem efeito leis obsoletas.

A regulamentação dos dispositivos constitucionais, a desburocratização e a eliminação de leis caducas já haviam sido apontadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, no discurso de posse, como fundamentais para fazer o Brasil avançar. Essa é a razão pela qual começou a funcionar também uma comissão mista destinada a reformar o Regimento Comum do Congresso.



Renan fala na instalação da comissão de juristas criada para elaborar um anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação

Com essa iniciativa, Renan disse que deseja trazer para o século 21 os mandamentos que norteiam o trabalho parlamentar.

Integrante da comissão, Jorge

Viana (PT-AC), primeiro-vice-presidente da Casa, observa que o Regimento Comum é de 1970 e que o texto já passou por mudanças. Para ele, falta “coesão estrutural” ao regimento,

uma vez que as regras não estão reunidas num único texto.

Juristas

O Senado pretende intensificar a reforma das legislações mais importantes. Foi instalada em abril uma comissão especial de juristas que irá propor a atualização da Lei de Execução Penal. A ideia é ajudar a desafogar o sistema prisional.

Neste mês, outra comissão especial de juristas foi instalada, para reformar o Código Comercial. A expectativa é que a legislação facilite a vida de empresários e consumidores.

A decisão de avaliar periodicamente o sistema tributário da União e dos entes federados também começou a avançar. Para isso, será regulamentado o artigo 52 da Constituição, referente a tal providência.

O comparecimento periódico de autoridades ao Senado, além do presidente do Banco Central, vai se dar da seguinte maneira: os ministros da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa Nacional e os dirigentes das agências reguladoras deverão prestar contas anualmente.

MEDIDAS INSTITUCIONAIS

- ✓ Instalação do **Conselho de Transparência e Controle Social**, integrado também por representantes da sociedade civil
- ✓ Criação da **Secretaria da Transparência**
- ✓ Criação da **Procuradoria Especial da Mulher**
- ✓ Diretor de Compras e Contratações e Diretor de Controle Interno: **mandato máximo** de 2 anos
- ✓ Inclusão no Portal da Transparência dos valores dos **salários** de ex-parlamentares e servidores aposentados
- ✓ Inclusão no Portal da Transparência do bem ou serviço contratado com recursos da **verba indenizatória**
- ✓ Extinção da lotação de servidores no antigo “**senadinho**” no Rio de Janeiro
- ✓ Celebração dos **190 anos do Congresso Nacional**, com sessão solene e exposição
- ✓ Implantação do **Banco de Dados da Federação**, que deverá ser concluído em maio
- ✓ Constituída comissão para acompanhar e gerir o **Banco de Dados da Federação**

Anvisa inicia hoje prestações de contas ao Senado

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai inaugurar o novo procedimento de prestação de contas anual das agências reguladoras ao Senado. Hoje, às 9h, o diretor-presidente da agência, Dirceu Barbano, vai apresentar informações sobre o desempenho da Anvisa em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também foram convidados para a reunião outros dois diretores da agência, José Agenor Álvares da Silva e Jaime Cesar de Moura Oliveira. A nova prerrogativa do Senado, que obriga os diretores-presidentes das agências reguladoras a comparecerem anualmente à Casa para prestação de contas, foi aprovada e promulgada em março, na Resolução 4/2013, proposta por Romero Jucá (PMDB-RR). Também há previsão de comparecimento dos ministros da Defesa, das Relações Exteriores e da Justiça.



Dirceu Barbano é diretor-presidente da Agência de Vigilância Sanitária

Conselho de Transparência permitirá controle de gastos pela sociedade

O Senado instalou no dia 16 de abril o Conselho de Transparência e Controle Social, do qual fazem parte representantes do Senado e personalidades indicadas como representantes da sociedade civil.

Para o presidente da Casa, Renan Calheiros, a instalação do conselho atende aos anseios da sociedade brasileira, que terá controle absoluto dos gastos do Senado. O senador afirmou que o conselho terá papel importante na busca por transparência e eficiência e que o Senado quer ser a instituição número um em transparência na administração pública do Brasil.

— Transparência pela metade não é transparência. A verdade é fruto do tempo e da nossa vontade — declarou.

Segundo Renan, o Conselho

de Transparência terá a obrigação de fiscalizar o atendimento das demandas por acesso à informação e orientar o funcionamento dos órgãos

vinculados a essa tarefa.

O conselho atuará como órgão consultivo da Presidência do Senado, com as funções de debater e propor ações que

disseminem o acesso à informação pública, estimulando a cultura de transparência e controle social no Brasil. Deverá também nortear a formulação de políticas de transparência e controle social sobre os atos do Senado Federal, além de sugerir projetos e ações prioritárias sobre os temas e propor parâmetros de transparência em prestação de contas à sociedade.

A instalação do conselho ocorre sem custos para os cofres públicos. Fazem parte do órgão representantes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da ONG Transparência Brasil e do Instituto Ethos.



Representantes da sociedade e do Senado tomam posse como integrantes do Conselho de Transparência, em abril

Votações em Plenário priorizaram proposições que beneficiaram a população mais carente; relacionamento entre União, estados e municípios também esteve na agenda

PEC das Domésticas é destaque de pauta social



RESPONSÁVEL POR REMOVER do quadro jurídico e social brasileiro diferenças de tratamento entre categorias profissionais, a emenda constitucional que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos foi apenas uma das propostas relevantes votadas pelo Senado em 2013.

Direitos como a jornada de trabalho definida e hora extra passaram a valer assim que a emenda foi publicada, em 2 de abril. Outras garantias, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego, serão regulamentadas, tarefa já iniciada por comissão mista que analisa mais de uma centena de dispositivos constitucionais carentes de regulamentação.

— Os direitos trabalhistas serão, a partir de agora, de todos. É o enterro de mais um preconceito, de mais uma intolerável discriminação — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, felicitando os 7 milhões de empregados domésticos do Brasil.

Outro projeto importante aprovado nos primeiros meses do ano é o Estatuto da Juventude, que visa garantir a 52 milhões de brasileiros acesso a



Senadoras e deputadas comemoram aprovação da emenda constitucional que igualou direitos do trabalhador doméstico

educação, profissionalização, trabalho e renda. A matéria retornou à Câmara.

Os senadores definiram no voto os pontos que ainda se mantinham polêmicos: a manutenção da meia-entrada para a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e o limite de meia-entrada para eventos culturais e de assentos gratuitos no transporte interestadual.

Além dos temas sociais, os senadores se dedicaram ao relacionamento entre os entes da Federação — União, estados e municípios — e a propostas que buscam melhorar o ambiente de negócios.

O Congresso Nacional deliberou sobre os vetos à lei que reformula o pagamento de royalties pela exploração de petróleo. A lei original reduzia a participação da União e ampliava a de estados e municípios não produtores na divisão dos recursos, tanto de contratos em vigor quanto de futuros. O texto estabelece como critérios de partilha os mesmos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).



- ✓ Aprovação de emenda constitucional estendendo **direitos ao trabalhador doméstico**
- ✓ Aprovação do **Estatuto da Juventude**
- ✓ Aprovação da lei para discriminação de **impostos na nota fiscal**
- ✓ Aprovação do fim do pagamento dos **14º e 15º salários** a deputados e senadores.
- ✓ Aprovação do **Orçamento da União** para 2013
- ✓ Apreciação do veto à **Lei dos Royalties** do petróleo
- ✓ Instalação de comissão de juristas para rever a **Lei de Arbitragem**
- ✓ Instalação de comissão de juristas para rever a **Lei de Execuções Penais**
- ✓ Instalação de comissão de juristas para elaborar anteprojeto de atualização ou substituição do **Código Comercial**
- ✓ Criação de comissão de senadores e deputados para consolidar mais de **180 mil diplomas legais** e regulamentar **142 dispositivos constitucionais**
- ✓ Aprovado projeto para regulamentar o comparecimento anual ao Senado dos **diretores de agências reguladoras** para prestarem contas.
- ✓ Aprovada regulamentação da competência do Senado de avaliar periodicamente o **Sistema Tributário Nacional**, conforme determina a Constituição
- ✓ Criação do grupo **Senado do Futuro**, formado por senadores, para debater questões estratégicas de longo prazo, com a participação de especialistas
- ✓ Realização de **sessões temáticas** em Plenário para ampliar as discussões entre senadores

Governadores pedem melhor negociação

Menos juros, participação na receita das contribuições da União, limite para transferência de encargos e fim da cobrança de tributos entre entes federados foram reivindicações dos governadores em março para os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

Os governadores pediram redução de 33% no comprometimento da receita corrente líquida, sugerindo uma emenda ao projeto PLP 238/2013, que corrige as dívidas dos estados pelo IPCA mais 4% ao ano. Hoje o saldo é atualizado pelo IGP-DI mais juros de 6% a 9%.

Também reivindicaram facilidades para negociar com bancos e defenderam o PRS 14/2013, que amplia o endividamento anual, desde que os recursos sejam investidos em educação, saúde, mobilidade, segurança e ambiente.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs a votação de projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial, o que chamou de "Brasil mais fácil".

Interlegis e ILB anunciam programas e ações para legislativos

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) reuniu ontem 19 das 27 assembleias legislativas do país, no evento Interlegis On-line, transmitido por videoconferência.

O objetivo foi anunciar um pacote de ações, como a inclusão definitiva do Programa Interlegis nas redes sociais, a oferta de serviços gratuitos para capacitar servidores e novos cursos a distância, com vagas ilimitadas, para atender o público em geral.

— Estamos promovendo uma revolução silenciosa nas câmaras municipais e assembleias estaduais, por meio da capacitação dos servidores e da difusão de novas ferramentas tecnológicas — afirmou Flexa Ribeiro, primeiro-secretário do Senado.

O senador conduziu o evento, que contou com a participação de servidores e parlamentares presentes nas salas de videoconferência instaladas



Helder Rebouças, deputado estadual do Pará, Marcio Miranda, senador Flexa Ribeiro e Carlos Roberto Stuckert

nas assembleias legislativas de Minas Gerais, Ceará, Roraima, Rondônia, Sergipe, Piauí, Maranhão, Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Acre, Paraíba, Pernambuco e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Os participantes manifestaram preocupação com uma eventual descontinuidade das parcerias do Interlegis, mas a

hipótese foi afastada por Flexa Ribeiro.

Ele reafirmou o compromisso do presidente do Senado, Renan Calheiros, e da Comissão Diretora de ampliar os serviços disponibilizados gratuitamente pelo ILB e pelo Interlegis.

— A fusão do ILB com o Interlegis veio apenas eliminar

redundâncias e aumentar a eficácia dos serviços oferecidos à comunidade legislativa. As parcerias irão continuar e os cursos serão ampliados — garantiu.

No evento, foi anunciado que já se encontra ativa a página do Interlegis no Facebook (<http://www.facebook.com/interlegisonline>).

Oferta de cinco novos cursos a distância

O diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, apresentou o primeiro pacote de ações desde a reestruturação do Interlegis. Serão abertos cinco cursos a distância, sem limite de vagas e sem tutoria: Introdução ao Orçamento Público, Cerimonial no Legislativo, Processo Legislativo, Poder Legislativo, e Administração Pública.

Ele também apresentou o Meta-Busca, um novo programa elaborado pela área de Tecnologia e Informação. Trata-se de um sistema de busca global nos portais legislativos, que permite pesquisar informações apenas em portais selecionados, uma espécie de "Google do Legislativo". O sistema foi desenvolvido no Interlegis, em software livre. É um serviço gratuito voltado ao cidadão e, mais notadamente, à comunidade legislativa.

Senadores fiscalizarão obra em rodovia federal em RO

Decisão ocorreu após parlamentares constatarem que serviços estavam parados, ao contrário do que o Dnit informava; Collor rasgou papel enviado pelo departamento por conter “informações falseadas”

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) fará na segunda-feira uma diligência para verificar o andamento das obras de restauração da rodovia BR-364, em Rondônia. Os senadores querem a presença do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe.

O requerimento foi apresentado pelos três senadores do estado, Acir Gurgacz (PDT), Ivo Cassol (PP) e Valdir Raupp (PMDB), e foi aprovado ontem.

A ideia da diligência surgiu após leitura da prestação de contas sobre o andamento de obras em rodovias federais enviada pelo diretor-geral do Dnit à comissão. Fraxe se comprometeu a realizar um cronograma das obras quando participou em março de uma audiência na CI. Desde então, Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão, tem lido em todas as reuniões as prestações de contas enviadas.

Gurgacz relatou que esteve no último sábado na BR-364, no trecho entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste, onde não havia nenhuma obra acontecendo. Segundo o senador, Fraxe teria se comprometido



Collor, que rasgou um documento enviado pelo Dnit: “informações falseadas”

a iniciar os trabalhos pelo consórcio em 1º de abril.

— Andei na BR de Ji-Paraná a Pimenta Bueno. Não encontrei nenhuma máquina nem vestígio de acampamento ou de mobilização por parte da empresa — afirmou.

Nos relatórios lidos por Collor, o Dnit informou que as obras no trecho citado começaram na última semana de abril. Collor criticou o Dnit e classificou as informações do órgão de falsas. Ele chegou a rasgar o papel com a prestação de contas e mandou colocar os pedaços rasgados num envelope para devolver ao diretor-geral do órgão.

— Nós, integrantes desta comissão, não podemos aceitar informações falseadas. Nós temos é que rasgar isso aqui e devolver para o diretor-geral do Dnit, para que ele tome providências — disse.

Raupp também reclamou dos demais trechos da BR-364, e disse estar sendo cobrado por vereadores, após repassar as informações do Dnit, pelo fato de as obras não estarem sendo concretizadas.

Collor atacou a decisão do Tribunal de Contas da União de paralisar obras e reduzir os valores estabelecidos pelas licitações, classificando o ato de exagero dos técnicos do TCU.

Ivo Cassol destaca urgência na recuperação

A decisão da CI foi comemorada por Ivo Cassol. Segundo o senador, a BR-364 é chamada de rodovia da morte.

Cassol informou que o objetivo da presença da comissão no local é levar os responsáveis a tomarem

providências urgentes quanto à recuperação e manutenção da rodovia e à construção da terceira faixa nos vários pontos críticos, como curvas, morros e demais locais que têm colocado em perigo a vida das pessoas.

Ele explicou que a BR-364 dá acesso ao Acre e ao Amazonas. Disse ainda que a rodovia leva o desenvolvimento e o progresso para toda a região norte do estado de Rondônia e lamentou que o povo “seja tratado dessa maneira”.

Subcomissão vai acompanhar obras de preparação para a seca

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, com cinco titulares e cinco suplentes. Proposto por Fernando Collor, o requerimento também encerrou a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, que concluiu os trabalhos no mês passado.

— A subcomissão vem num bom momento, até porque a Câmara está fazendo uma sessão plenária sobre esse tema e temos demanda do setor produtivo, dos trabalhadores, pelos gestores públicos da região — disse José Pimentel (PT-CE), que pretende integrar a subcomissão.

Produtores rurais pedem perdão de dívidas e política de crédito

Em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, produtores rurais do Nordeste pediram a aprovação de projetos que garantam a renegociação das dívidas de pequenos e médios agricultores do semiárido. Entre eles está o PLS 688/2011, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os produtores propõem o perdão das dívidas de até R\$ 100 mil anteriores a 2002 e a redução de 90% dos empréstimos de até R\$ 200 mil, além de uma política de crédito rural que considere os efeitos da seca. Segundo eles, pelo menos 150 mil famílias estão prestes a perder suas propriedades por falta de pagamento.

Para Collor, multilateralismo levou Brasil à vitória na OMC

Fernando Collor (PTB-AL) saudou o novo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, que venceu as eleições contra o mexicano Herminio Blanco.

— A vitória do Brasil, por larga margem de votos, significa que deu resultado a persistência da nossa diplomacia no caminho, escolhido há longo tempo, do multilateralismo — afirmou.

No entanto, o senador disse que essa direção será difícil, devido aos desafios da Rodada Doha e à tendência de se privilegiarem acordos de livre comércio entre países e blocos, na contramão da liberalização mais ampla, preconizada pelo multilateralismo.

Collor destacou ainda as dificuldades do cenário econômico internacional e afirmou que a infraestrutura brasileira precisa de um rumo firme. Ele afirmou que

a queda dos juros realizada pelo Banco Central Europeu tem sido considerada como insuficiente para relançar a economia do euro. Para o senador, além da conjuntura internacional, os custos industriais do Brasil estão elevados e o setor está cada vez menos competitivo, o que já causa problemas em nossa balança comercial.

Congratulações

A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou requerimento para envio de votos de congratulações ao governo brasileiro pela vitória na OMC.

José Pimentel (PT-CE), autor do requerimento, disse que a articulação do Brics — grupo que reúne os países em desenvolvimento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — e dos países africanos foi decisiva para a vitória do brasileiro.



Vanessa Grazziotin



Sérgio Souza



Inácio Arruda

Senadores parabenizam Roberto Azevêdo e a diplomacia brasileira

A eleição do brasileiro Roberto Azevêdo para a direção-geral da OMC foi comemorada também por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Azevêdo assumirá o comando do órgão em setembro, substituindo o francês Pascal Lamy, no cargo desde 2005.

Na opinião de Vanessa, a vitória do Brasil se deu graças à “acertada política externa solidária brasileira, que vem desde o governo do ex-presidente Lula até o de Dilma Rousseff”, e à ampliação das embaixadas brasileiras. A senadora lembrou as críticas que fez a Lamy porque, em algumas ocasiões, o atual dirigente da OMC questionou a soberania brasileira sobre a Amazônia, ao afirmar que a região é patrimônio da humanidade

e defender a gestão da comunidade internacional sobre a floresta. Já Souza ressaltou que esta é a primeira vez que um latino-americano é eleito para um mandato completo na OMC. Ele disse que Azevêdo tem reputação de hábil negociador e de conciliador, vasta experiência em comércio global e conhece a OMC a fundo. Desde 2008, ele é o representante permanente do Brasil na entidade.

Inácio Arruda afirmou que a eleição reflete o prestígio do Brasil e da presidente Dilma e os méritos pessoais e profissionais do embaixador. Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que o Brasil tem agora mais condições de vencer a barreira do protecionismo imposto, sobretudo pela Europa, contra os produtos agrícolas da América Latina.

COMÉRCIO COM PAGAMENTO EM MOEDA LOCAL INCLUIRÁ URUGUAI

O Plenário aprovou a inclusão do Uruguai no Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Pelo sistema, operações de comércio exterior podem ser feitas na moeda local — o exportador brasileiro pode fixar o preço de venda e receber os valores em reais, evitando os custos com

operações de câmbio. Da mesma forma, o exportador uruguaio poderá vender em pesos uruguaio. A medida constava do PLC 117/2012, do Executivo, aprovado de forma simbólica em Plenário. A proposta agora vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

PLENÁRIO TRANSFORMA 23 DE SETEMBRO NO DIA NACIONAL DOS AGENTES DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Em votação simbólica, o Plenário aprovou o projeto que cria o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito. Segundo o PLC 102/2008, do deputado Gonzaga Patriota, a data será celebrada em 23 de setembro. Na discussão do texto, o senador

Paulo Paim (PT-RS) louvou a iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS) de incluir a matéria na pauta de votação e citou a presença no Senado de mais de cem dirigentes dos agentes de trânsito. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) exaltou a importância dos

agentes para a sociedade e a necessidade de reconhecimento dessa atividade, e o senador Mário Couto (PSDB-PA) ratificou sua felicidade de votar a proposta, que aguardava para entrar na pauta do Plenário desde 2009.

Randolfe: leilão de área de petróleo ameaça “soberania energética”



Moreira Mariz/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou preocupação com o leilão de 289 blocos exploratórios de petróleo marcado para a se-

mana que vem. Ele considera o leilão uma “ameaça à soberania energética brasileira” e uma “dilapidação das riquezas nacionais”.

— A ANP [Agência Nacional do Petróleo], a Petrobras e o governo deveriam dar ouvidos às mobilizações da sociedade.

Para ele, a terceirização feita por empresas privadas tem tornado precárias as relações de trabalho e aumentado o risco de danos ao meio ambiente.

Couto quer julgamento dos processos do caso Sudam no STF



Lia de Paula/Agência Senado

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou o julgamento dos processos do caso Sudam no Supremo Tribunal Federal.

— Meu querido Joaquim Barbosa [presidente do STF], mande para julgamento os processos da Sudam. Tire os processos da gaveta. Quero ver aqueles que enriqueceram à custa do dinheiro do desenvolvimento da Amazônia na cadeia.

Em 2001, uma auditoria constatou desvios de R\$ 1,7 bilhão. Por envolver acusados com foro privilegiado, alguns dos processos tramitam há anos no STF.

Cassol: infraestrutura de Rondônia é fruto de trabalho da bancada



Moreira Mariz/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) contestou notícias publicadas em jornais de Rondônia atribuindo a um senador o mérito pela realização

de projetos de infraestrutura na região.

— Por exemplo, a conclusão do viaduto de Ji-Paraná, obra realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), não foi viabilizada somente devido a recursos de uma emenda parlamentar, mas com verba do governo federal, repassada depois de um trabalho conjunto dos três senadores e oito deputados do estado — afirmou.



Pedro Franco/Agência Senado

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, fala em audiência pública ao lado do presidente da CAE, Lindbergh Farias

BNDES promete mais verba para aeroportos e estradas

No Senado, presidente do banco afirmou que valores destinados ao setor de logística, que foram de R\$ 25 bilhões no ano passado, chegarão a R\$ 30 bilhões neste ano e a R\$ 34 bilhões em 2014

O PRESIDENTE DO Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse que a instituição vai aumentar o apoio ao setor de logística, destinando R\$ 30 bilhões em 2013 e R\$ 34 bilhões em 2014 a ferrovias, portos, aeroportos e estradas. No ano passado, foram R\$ 25 bilhões.

Coutinho, que participou ontem de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI), informou que a tendência é de aumento dos valores diante da perspectiva da realização de leilões de concessão ao setor privado.

— Já iniciamos um processo de expansão no investimento em infraestruturas logísticas. A trajetória dos financiamentos será certamente crescente. A expectativa é que os leilões possam mobilizar o investidor privado para uma onda robusta e duradoura de investimentos

em logística, extremamente necessários para a ampliação da eficiência da economia brasileira — afirmou.

Coutinho passou boa parte da reunião mostrando a importância do banco, que, segundo ele, é o maior provedor de crédito em longo prazo do Brasil.

De acordo com o dirigente, o BNDES fechou 2012 com R\$ 8,2 bilhões de lucro líquido e se beneficia do baixo índice de inadimplência e da boa carteira de crédito.

— Em 2012, 99,1% da carteira do BNDES estava compreendida entre os níveis duplo A e C, ou seja, de boa qualidade. Trata-se de um percentual superior ao da média das instituições financeiras privadas e públicas — afirmou.

Por mais de uma vez, o presidente do banco ressaltou o papel desempenhado pela BNDESPar, subsidiária da instituição que administra carteira de valores mobiliários, atuando no mercado

de risco. Coutinho ressaltou que a BNDESPar tem sido mal compreendida, mas não usa recursos do Tesouro, faz investimentos rentáveis e tem gerado lucro para o BNDES. Em 2012, o lucro da subsidiária foi de R\$ 298 milhões.

Ao fazer um balanço da macroeconomia, Luciano Coutinho disse estar confiante de que o Brasil conseguirá uma taxa de 3,5% de crescimento até o fim do ano. Disse crer que a política do Banco Central vai colocar a inflação “nos eixos”:

— O mercado projeta uma inflação declinante para os próximos meses, especialmente no segundo semestre. Trata-se de um consenso. A inflação sob controle, indo para o centro da meta, é essencial para o crescimento do país.

A audiência foi comandada pelo presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), que lamentou a ausência dos senadores da oposição.

Dornelles prevê fortalecimento do setor de seguros

Francisco Dornelles (PP-RJ) saudou ontem a posse do presidente da Bradesco Seguros, Marco Antonio Rossi, na presidência



Moreira Mariz/Agência Senado

da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. O senador disse que o mercado de seguros ainda precisa crescer muito para atingir o patamar que tem na Europa e na América do Norte.

— Estou certo de que o novo presidente, com sua competência, terá um desempenho importante no fortalecimento do setor — disse Dornelles.

Insatisfação com telefonia ainda é alta, afirma Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) disse que a insatisfação dos brasileiros com a qualidade dos serviços de telefonia fixa e celular ainda é



Lia de Paula/Agência Senado

muito alta. Ela citou audiência pública realizada terça-feira pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, sobre os 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações e a agenda regulatória para 2013 e 2014.

Para a Proteste, órgão de defesa do consumidor, a pesquisa não reflete a insatisfação do povo, disse a senadora.

Petecão refuta acusação de que é contra estrada no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) rebateu as acusações de que tem sido alvo no Acre. Segundo ele, um panfleto distribuído pelo PT estadual o



Moreira Mariz/Agência Senado

acusava de ser contra a construção da BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul (AC).

— Fomos vítimas de acusações levianas que não somam e não ajudam o estado em nada.

Segundo o documento, se a BR-364 não for concluída, a culpa será dele, que apoiou o deputado Flaviano Melo (PMDB-AC) em um requerimento de informações ao Ministério dos Transportes. Petecão ressaltou que é a favor da estrada, mas contra a corrupção.

Aprovada desoneração de folha de pagamento

A comissão mista criada para analisar a Medida Provisória (MP) 601/2012 aprovou o relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) que amplia os setores que poderão receber, a partir do ano que vem, os benefícios da desoneração da folha de pagamento prevista no Plano Brasil Maior. Também foi aprovada uma mudança no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) que retirou a receita da restituição da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins.

O relatório deverá ser votado em Plenário pela Câmara e pelo Senado até 3 de junho. Armando crê que o governo não vetará as modificações, pois tudo teria sido negociado com o Ministério da Fazenda. Ele disse que a medida fortalecerá a economia, especialmente a indústria. (Da Agência Câmara)

Fundo para Centro-Oeste avança com alterações

A comissão mista que examina a Medida Provisória 600/2012 aprovou ontem o relatório do deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA). A MP altera várias leis que tratam do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e de fontes adicionais de recursos para a Caixa Econômica Federal.

Uma das alterações do relator foi estender para todas as faixas salariais a destinação dos recursos de até R\$ 3 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida, captados pela Caixa Econômica Federal, para material de construção e bens de consumo duráveis. A MP previa destinação apenas ao público com renda mensal de até R\$ 1.600.

O relatório acolheu emenda do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que estende ao Banco do Nordeste (BNB) a autorização para a União conceder subvenção econômica nas operações com produtores rurais de municípios atingidos por desastres naturais.

Programa aprovado ontem em comissão estabelece políticas para ampliar a produção agrícola familiar na região e evitar o êxodo rural



Mozarildo (E), autor do projeto, debate o texto com Anibal (D), Jucá e Vital do Rêgo

Estímulo à agricultura em áreas de fronteira no Norte

FOI APROVADA ONTEM na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta que prevê a criação do Programa Fronteira Agrícola Norte, com incentivos para municípios do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre. O projeto ainda será analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Agricultura (CRA).

Pelo texto, poderão se beneficiar do programa municípios desses estados com sedes localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura

ao longo da fronteira do Brasil com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Segundo o autor do projeto (PLS 15/2011), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o programa visa dotar os municípios de infraestrutura capaz de estimular a produção agrícola familiar e conter o êxodo rural.

A iniciativa também quer estimular o cooperativismo e promover a integração de políticas para ampliar a participação da produção agrícola da região nos mercados brasileiro e internacional.

Conforme o texto aprovado na CCJ, a execução do programa será feita mediante convênios a serem firmados entre União, estados e municípios.

Em voto favorável, o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento dos municípios de fronteira na Região Norte, “muitas vezes esquecidos pelas políticas agrícolas e extrativistas”.

Na avaliação de Raupp, o programa contribuirá para reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

Para Mozarildo, projeto gera desenvolvimento

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a aprovação, na CCJ, de projeto que cria o Programa Fronteira Agrícola Norte. A medida prevê incentivos para municípios do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre que estejam em áreas de fronteira. O texto segue para outras três comissões.

— Se transformado em lei, será mais uma importante ferramenta para o desenvolvimento da região — afirmou.

Mozarildo destacou que os recursos serão aplicados em ações voltadas à instalação de microempresas rurais, ao desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas e à consolidação da infraestrutura dos assentamentos rurais.

Segundo ele, o programa é mais uma iniciativa visando eliminar as desigualdades regionais. Ele afirmou que a Amazônia não pode ser tratada de maneira “espasmódica”.

— Acho muito importante que o Senado, casa do equilíbrio federativo, se preocupe em fazer legislações que possam tratar de maneira adequada regiões menos desenvolvidas.

Contrato de temporários será prorrogado

O Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 602/2012, que prorroga até 30 de junho os contratos temporários de funcionários do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A aprovação se deu de forma simbólica. O único a se manifestar foi Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que questionou a urgência da medida.

Em relação ao Censipam, a MP, relatada por Anibal Diniz (PT-AC), prorroga contratos temporários que se encerrariam em dezembro de 2012. Os contratos, inicialmente vigentes até junho de 2011, já haviam sido prorrogados uma vez.

O objetivo da nova prorrogação, segundo o Executivo, foi evitar a perda de recursos humanos com experiência e especialização, já que não haveria tempo hábil para nomear e treinar os aprovados no concurso feito em 2012. Os candidatos foram nomeados em abril deste ano.

Quanto ao FNDE, a MP autoriza a prorrogação de 60 contratos temporários vigentes em dezembro de 2012 até que seja possível substituí-los por servidores aprovados no concurso público que está em andamento. Os contratos vinham sendo prorrogados desde 2002. Agora, os temporários devem ser substituídos por 60 servidores concursados.

Para Aloysio, o governo deveria ter chamado os concursados mais rapidamente, não prorrogar os contratos.

Madeira apreendida poderá ir para construção de casa popular

Carregamentos de madeira extraída ilegalmente e apreendida poderão ser doados para projetos de construção de casas populares. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a medida, sugerida em projeto (PLS 172/2007) de Mário Couto (PSDB-PA).

Atualmente, a legislação

destina madeira apreendida a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

Segundo o senador, a iniciativa pretende acelerar o aproveitamento da madeira ilegal apreendida e, assim, evitar a perda do material pela ação de intempéries climáticas ou por eventual extravio.

Comissão debaterá soluções para a produção no Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem a realização de audiência, a ser agendada, para discutir a adoção de novas tecnologias produtivas para o semiárido nordestino. O objetivo do debate, proposto por Lídice da Mata (PSB-BA), é buscar soluções de longo prazo que ajudem a amenizar as

dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais na região.

A CDR aprovou ainda requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da comissão, para que seja realizado, em 9 de agosto, um seminário sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento regional. O evento será em Aracaju.

Valadares enaltece investimentos em irrigação em Sergipe



Moneiro Matiz/Agência Senado

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) agradeceu o governo federal pelos investimentos em irrigação em Sergipe, especialmente aqueles em irrigação e infraestrutura feitos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Segundo o senador, sete municípios estão recebendo R\$ 102 milhões para beneficiar plantação e secagem de arroz, estações de bombeamento, diques de proteção, estradas vicinais e pontes.

Casildo Maldaner registra seminário sobre agroecologia



Lia de Paula/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou a abertura do Seminário Nacional de Agroecologia e Produção

Orgânica, salientando o papel da agricultura orgânica na fixação do homem no campo e como alternativa de renda para pequenos produtores.

— A natureza não é um apanhado de recursos que podem ser utilizados indiscriminadamente nem uma máquina a serviço do homem. A realidade é vista de forma integrada — afirmou.

Viana e Luiz Henrique divulgam Código Florestal na Europa

Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC) encerram amanhã, na embaixada do Brasil em Londres, um ciclo de palestras na Europa sobre o Código Florestal. Os encontros, direcionados a ONGs, empresários, diplomatas, jornalistas e autoridades, ocorreram em Paris, Bruxelas e Londres.

— O novo código deu um protagonismo internacional ao Brasil. É a lei mais avançada do mundo. Em nenhum outro país a propriedade privada é limitada como aqui. Quando falamos que no Brasil o proprietário só pode utilizar 80% da terra se ela se localizar no Amazonas, eles ficaram admirados.

Alvaro denuncia invasão de índios em terras produtivas



Lia de Paula/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou a invasão de terras produtivas no oeste do Paraná praticadas, segun-

do ele, por índios de outros estados e até de outros países, incentivados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

— É público e notório que índios estão sendo importados, especialmente do Paraguai, e alocados de reservas já homologadas — afirmou o parlamentar, que pediu a reintegração de posse das áreas invadidas.

Jayme Campos sugere prêmio agropecuário



Lia de Paula/Agência Senado

Jayme Campos (DEM-MT) requereu a criação do Prêmio Mérito Legislativo Senador Jonas Pinheiro da

Agricultura Brasileira. Ele destacou a atuação de Pinheiro (1941-2008) como extensionista rural e registrou os 265 anos do processo de criação de Mato Grosso.

— Safras recordes e rebanhos gigantescos converteram Mato Grosso em polo agropecuário, inserindo a região no mapa mundial da produção de commodities — afirmou.

Duas propostas aprovadas ontem na CAS incentivam empregadores a custear a educação dos trabalhadores e seus dependentes

Comissão aprova isenção sobre gasto com qualificação de funcionários

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou duas propostas que excluem da base de cálculo para efeitos fiscais o valor pago pelo empregador ao empregado para custear a educação dele ou dos dependentes.

Uma delas é um substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE) ao PLS 515/2011, de Paulo Bauer (PSDB-SC), prevendo a isenção de contribuições previdenciárias para despesas com funcionários e seus dependentes relativas à educação básica, superior e profissional, inclusive material didático e transporte escolar. Em razão de a matéria ter sido aprovada por meio de substitutivo e de tramitar na CAS em caráter terminativo, precisou ser examinada em turno suplementar de votação. A proposta deve seguir para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação pelo Plenário.

A outra proposta é o PLS 441/2011, de Pedro Taques (PDT-MT), que desonera a empresa que custear a educação dos empregados e dependentes, tanto no que se refere ao ensino regular quanto ao complementar (cursos profissionalizantes e de pós-graduação).

Pelas regras em vigor, o



Paulo Paim (D) lê relatório de Romero Jucá na reunião da CAS presidida por Ana Amélia

benefício concedido na forma de educação é considerado pela Receita Federal como parte do salário, integrando a base de cálculo das contribuições sociais, como o percentual recolhido pelo empregador ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Em seu parecer, Armando Monteiro explicou que, recentemente, a lei que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi alterada e alguns dos investimentos das empresas em qualificação de seus funcionários passaram a ser oneradas com contribuições sociais. Com isso, as bolsas de estudos ou planos educacionais passaram a integrar o salário de contribuição e, assim, a sofrer incidência de encargos previdenciários.

Projeto limita despesas com estudo a 30% do valor do salário

Já o PLS 441/2011, de Pedro Taques, também aprovado em decisão terminativa pela CAS, propõe que a desoneração seja limitada a gastos com educação equivalentes a até 30% do valor do salário.

Segundo o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), o objetivo da Receita Federal é “impedir que o empregador fraude a Previdência Social mascarando a real remuneração de seus empregados com um salário básico nominal baixo, descaracterizando o restante da remuneração com

benefícios diversos, reduzindo assim a sua base de contribuição para efeitos fiscais”. No entanto, argumenta, esse procedimento desestimula a ampliação de benefícios que as empresas poderiam vir a conceder a seus empregados, pelo temor de que resultará em passivo tributário ou mesmo em condenação na Justiça do Trabalho, com reflexo sobre o 13º salário e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por exemplo.

A proposta também deve seguir para a Câmara.

Texto que garante aposentadoria especial para garis vai a Plenário

Trabalhadores que fazem coleta de lixo, seleção de material para reciclagem e varrição de ruas poderão ter aposentadoria especial. É o que prevê projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A matéria ainda será examinada pelo Plenário.

O projeto também insere na lei o direito deles ao adicional de insalubridade equivalente a 40% da remuneração.

O texto aprovado consolidou o projeto de Paim (PLS 155/2010) com o PLS 577/2011, de Vicentinho Alves (PR-TO), que tramita em conjunto.



Varredor de rua em Brasília: proposta também prevê direito a adicional de insalubridade

Para ter o benefício, o trabalhador deve comprovar no INSS 25 anos de atividade permanente. Para a aposentadoria especial, deve ainda comprovar exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos nocivos.

Por não serem consideradas insalubres pelo INSS, as atividades de coleta de lixo e seleção de material reciclável hoje não dão direito à aposentadoria especial.

— É lamentável que a maioria

desses trabalhadores tenha que recorrer ao Judiciário para fazer valer direitos que são assegurados em norma de índole constitucional, mas que ainda carece de regulamentação — disse Rollemberg.

Proposta prevê descarte correto de baterias de automóvel



Baterias automotivas e industriais já gastas deverão ser devolvidas a varejistas, distribuidores e importadores, segundo projeto (PLS 537/2011) do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto, que agora segue para votação final na Comissão

de Meio Ambiente (CMA), vale também para outras baterias que tenham chumbo e ácido sulfúrico. O material será repassado depois aos fabricantes nacionais, responsáveis por dar destinação final adequada. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB, foto).

Para cada bateria nova vendida, deverá ser coletada uma fora de uso, com prestação de contas anual ao Ibama. Quem não cumprir as exigências poderá receber multas de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões e sofrer suspensão das atividades. Falhas na destinação podem levar a reclusão de um a quatro anos, mais multa.

Cyro cobra ampla desoneração para estimular economia

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou ontem o governo federal por promover cortes de impostos e concessão de incentivos apenas pontualmente. Segundo ele, o governo faz o Brasil “engatar a marcha a ré” num momento em que é preciso ter ousadia para garantir o crescimento econômico.

— Ousadia significa promover uma ampla desoneração fiscal, das empresas e da classe média — disse.

Cyro afirmou que a forma de arrecadação precisa ser modificada para que o PIB volte a crescer. O caminho, segundo ele, é garantir incentivos e desonerações a todos os setores produtivos.

Ele criticou o tratamento dado à reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em sua avaliação, a proposta, que visa inibir a guerra fiscal, não reconhece a importância dos incentivos para dinamizar economias de estados como Goiás.

Lídice defende marco legal para publicidade infantil

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a regulamentação da publicidade infantil e dos conteúdos destinados às crianças veiculados nos meios de comunicação. Ela explicou que as crianças têm sido cada vez mais influenciadas pela televisão e pela internet e que a infância tem sido roubada por uma sociedade com valores excessivamente consumistas.

A senadora reconheceu que muitos comunicadores e empresários acreditam que a regulamentação atenta contra a liberdade de expressão, mas, para ela, o novo marco legal não precisa ser feito por decisão unilateral da Presidência da República e sim com a participação de parlamentares, da sociedade civil organizada e dos comunicadores.

Lídice afirmou que os parlamentares têm a obrigação de preservar o direito da criança à saúde, à educação e à comunicação saudável “sem a imposição de um mercado que lhe exija o consumo de todos os tipos de produtos, principalmente os vinculados à indústria alimentícia”.

Entidades médicas defendem a criação de uma carreira de Estado para assegurar aos recém-formados perspectivas de futuro, especialmente em cidades pequenas

Projeto sobre médicos no interior é criticado

O PROJETO QUE obriga médicos recém-formados em faculdades públicas ou com financiamento público a trabalhar, por dois anos, em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas não resolverá os problemas da saúde e ainda pode submeter o profissional a riscos, por atuar sem as condições necessárias ao atendimento à população. A avaliação é de representantes de entidades médicas que participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os especialistas discutiram o PLS 168/2012, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que institui o “exercício social da profissão” de médico, a ser feito em jornada integral e exclusiva de 40 horas semanais, imediatamente após a conclusão do curso, com contrato regular de trabalho, financiado pela rede de saúde à qual o médico recém-formado estiver vinculado.

Para Carlos Vital Corrêa Lima, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), a universalização da assistência à saúde e a superação dos problemas no setor



Cyro Miranda (C), presidente da CE, coordena debate com representantes do governo e de entidades de médicos: falta estrutura para atendimento no interior

requerem a criação da carreira de Estado para médicos que atuam na rede pública, em especial nas pequenas localidades. Waldir Araújo Cardoso, diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos, considera essencial que os médicos tenham assegurada continuidade da formação, permanência no serviço e perspectiva de futuro.

Paulo Davim (PV-RN) disse que não se pode “jogar” o médico recém-formado no interior sem que sejam reunidas as condições necessárias para a atuação e para a evolução na carreira. O secretário-adjunto de Gestão no Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Fernando Antonio Menezes, observou que não se pretende, com a adoção de modalidades

de serviço obrigatório, levar médicos para o interior sem as condições necessárias para o trabalho. Segundo Menezes, diversos países usam tal tipo de regulação como política de Estado. Ele citou o Reino Unido, que tem programa de serviço compulsório.

Prioridade

Para José Luiz Bonamigo Filho, tesoureiro da Associação Médica Brasileira, a adoção do mecanismo esbarra na falta de estrutura para atendimento no interior. No entanto, ele observa que o país, sendo a sétima economia do mundo e praticando uma alta carga tributária, dispõe de recursos para os investimentos no setor.

— O que falta é definir a saúde como prioridade — frisou.

A má utilização de recursos

públicos também foi apontada pelo presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), como causa da ineficiência do serviço público de saúde no Brasil.

A presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, Beatriz Rodrigues Abreu da Costa, questionou o fato de o projeto determinar o serviço obrigatório apenas para recém-formados e somente para médicos. Ela afirmou que, nos dois últimos anos do curso, o estudante de Medicina cumpre jornada de 40 horas semanais em hospitais públicos, período chamado de internato, em regime de dedicação integral. Também frisou que a atenção à saúde envolve outros profissionais, como enfermeiros, psicólogos e fisioterapeutas. Bonamigo Filho acrescentou

que estudantes de Direito não são obrigados a atender em defensorias públicas ou engenheiros recém-formados a trabalhar em obras públicas.

Na opinião da secretária-executiva da Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação, Maria do Patrocínio Tenório Nunes, o projeto precisa de aprimoramentos, com estudos para a incorporação de outras profissões e sobre as condições e deficiências dos municípios.

Relator do PLS 168/2012 na CE, Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento do debate, disse que pretende trabalhar num substitutivo “ouvindo as entidades médicas, as entidades representantes de outras profissões envolvidas na assistência à saúde, o governo e os parlamentares”.

Vigilância sanitária deve ser fortalecida, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) defendeu ontem, em discurso, o fortalecimento da vigilância sanitária. Ele citou a 2ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, que começou segunda-feira no Auditório Petrônio Portella e termina hoje, com prestação de contas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao Congresso.

Humberto elogiou a iniciativa da Anvisa e destacou que o órgão foi a primeira agência reguladora a prestar contas ao Congresso. Segundo ele, a prática foi iniciada há quatro anos, apesar de só este ano ter sido aprovada a prestação de contas anual das agências. O senador destacou projetos de autoria dele relacionados à vigilância sanitária, como o PLS 368/2011, que dá competência à Polícia Federal para apurar falsificação e adulteração de medicamentos quando houver repercussão interestadual.



Lia de Paulo/Agência Senado

Davim pede revisão da tabela do SUS para pneumologia

Paulo Davim (PV-RN) manifestou apoio ao pleito da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia ao Ministério da Saúde para revisão na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) para a especialidade de pneumologia. O senador, que é médico, explicou que a tabela em vigor contém impropriedades, como preço dez vezes maior para traqueoscopia — exame considerado simples — do que para fibrobroncoscopia, um dos mais caros da especialidade.

— Comparando a pneumologia com outras especialidades, as doenças reumatológicas, por exemplo, conseguem liberação de tratamentos modernos, recursos e medicamentos que são negados à pneumologia pelo SUS — protestou.

Ele informou que nos próximos dias um grupo de senadores se reunirá com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para discutir o problema.



Lia de Paulo/Agência Senado

Paim divulga feira de tecnologia para pessoas com deficiência

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) informou a realização da Feira Internacional de Tecnologia em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech), que ocorre anualmente em São Paulo. O senador disse que muitos equipamentos apresentados no evento contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Ao abordar iniciativas para superar obstáculos, Paim citou Cláudio Luciano Dusik, de Esteio (RS). Portador de atrofia muscular espinhal, Cláudio desenvolveu um teclado especial para quem tem dificuldade de movimentos.

Para Paim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em tramitação na Câmara dos Deputados, será fundamental para o apoio à produção de tecnologias que ajudem as pessoas nessa situação.



Lia de Paulo/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Subcomissão quer tipificar crime de assassinato por razão de gênero

Proposta específica o assassinato intencional de mulheres em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre suas vidas

A TIPIFICAÇÃO DO feminicídio na legislação penal brasileira foi defendida na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher durante audiência pública sobre o tema. Já previsto como crime específico em países como o México e o Chile, o feminicídio é descrito como o assassinato intencional de mulheres por homens, em função de seu gênero, em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle.

Segundo a juíza de Direito Adriana Ramos de Mello, titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Rio de Janeiro, a proposta para a tipificação do crime no Brasil não inclui previsão de aumento da pena, na comparação com o homicídio.

De acordo com ela, o objetivo é essencialmente realçar a intolerância com tal tipo de crime e contribuir para a geração de estatísticas. A juíza mencionou conceitos que associam aos feminicídios uma motivação de “ódio, desprezo ou sensação de posse sobre as mulheres”.

Dados do *Mapa da Violência*



Juíza Adriana Ramos de Mello diz na subcomissão que objetivo da proposta é realçar a intolerância com o chamado feminicídio

2012 indicam que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida no Brasil, sendo registrados 4,4 assassinatos de mulheres em cada grupo de 100 mil. Adriana destacou estimativa de que 70% dos homicídios estão associados à condição de gênero e são cometidos por homens próximos. Porém, ela salientou que as estatísticas são precárias e defendeu a criação de banco de dados sobre esse tipo de crime.

A secretária-executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da

República, Lourdes Bandeira, classificou o feminicídio de expressão perversa de um tipo de dominação masculina enraizada na cultura brasileira.

— É uma barbárie praticada sem distinção de lugar, de cultura, de raça, ou de classe.

Para ela, o feminicídio prospera porque as instituições estatais não garantem a segurança das mulheres ou pouco agem para mudar o ambiente em que as vidas ficam expostas. Muitas vezes, as autoridades também não

cumprem obrigações como apurar e julgar.

O debate foi proposto por Ângela Portela (PT-RR), relatora da subcomissão, ligada à Comissão de Direitos Humanos. A senadora cobrou recursos para ampliar e estruturar a rede de serviços destinada a enfrentar os crimes de gênero e proteger as vítimas. Na opinião da presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI Mista da Violência contra a Mulher, o tipo penal do homicídio deve ser previsto no Código Penal.

Lídice cita lançamento de campanha contra tráfico de pessoas

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou o lançamento da campanha Coração Azul. A iniciativa é desenvolvida em vários países e tem o objetivo de mobilizar e conscientizar a sociedade para o combate ao tráfico humano.

Promovida pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime no Brasil, será lançada pelo Ministério da Justiça, em parceria com as Secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres.

Lídice foi relatora da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas.

Gurgacz defende redução da maioria penal



Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a redução da maioria penal para 16 anos nos casos de crimes de homicídio doloso

e de roubo seguido de morte. Autor da PEC 74/2011, que garante imputabilidade apenas para quem tem 15 anos ou menos nesses dois tipos de crimes, o senador explicou que a criminalidade praticada por menores tem aumentado assustadoramente e causado pavor social no país.

Gurgacz lembrou vários casos trágicos de crimes praticados por menores.

Couto diz que contrato do Detran do Pará “lesa cofres públicos”

Mário Couto (PSDB-PA) denunciou como “irregular e lesivo aos cofres públicos” o contrato do Detran do Pará com a empresa Castilho Propaganda e Marketing, destinado, na avaliação dele, exclusivamente ao benefício da empresa que publica o *Diário do Pará*. O senador se disse estarrecido com o “cinismo” do negócio, cujo valor original, de R\$ 1,8 milhão, foi elevado a R\$ 23 milhões.

— Esta pátria precisa, com mais moralidade, combater a corrupção — afirmou.

Segundo ele, o contrato foi mantido “na marra”, sem licitação nem aditivo, transferindo verba irregularmente ao “jornaleco”.

Aprovadas indicações de conselheiros do Ministério Público e da Justiça

O Plenário do Senado aprovou indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As votações foram nominais.

Para o CNMP, foram aprovados o procurador de Justiça do Ministério Público Estadual de Roraima Alessandro Tramuja Assad, o procurador da

Justiça Militar Antonio Pereira Duarte e o juiz federal Alexandre Berzosa Saliba.

Também tiveram as indicações para integrar o CNMP aprovadas Walter de Agra Júnior e Esdras Dantas de Souza.

Na sabatina de Duarte e Assad, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), debateu-se a imposição de limites

ao poder de investigação criminal do Ministério Público — foco de uma controversa proposta de emenda à Constituição (PEC 37/2011) que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O juiz federal Saulo José Casali Bahia teve a indicação aprovada para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNMP é um órgão de

controle externo criado para acompanhar a atuação administrativa do Ministério Público e o cumprimento dos deveres dos integrantes. É composto por 14 membros.

O CNJ foi criado para auxiliar a Justiça e praticar o controle administrativo, processual e financeiro do Poder Judiciário. O órgão é formado por 15 membros.

PEC do MP terá proposta alternativa

Em sua primeira reunião, o grupo de trabalho criado para discutir mudanças na legislação que trata das investigações criminais decidiu não analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, cujo objetivo é limitar os poderes do Ministério Público. Uma nova PEC, ou até um projeto de lei, deve ser apresentado pelo grupo até 30 de maio, conforme a Agência Câmara.

O grupo, integrado por parlamentares, Ministério da Justiça, Ministério Público e polícias federal e civil, reuniu-se anteontem. — A reunião foi de colaboração — afirmou o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano.

De um lado, os integrantes do Ministério Público chamam a PEC 37 de PEC da Impunidade. De outro, policiais a apelidaram de PEC da Legalidade.

Segurança pública será tema de debates

A segurança pública é o foco de uma série de debates a ser realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao longo do primeiro semestre. Ontem, foram aprovados seis requerimentos de Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da comissão, relacionados com o tema. Quatro requerimentos dão sequência ao debate sobre a proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal (PEC 33/2012).

Vital quer abrir uma discussão mais ampla. Participariam dessa análise representantes do Ministério da Justiça, da Associação dos Magistrados Brasileiros, do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Comissão investiga futebol paraense

A comissão externa que acompanha a crise na Federação Paraense de Futebol aprovou ontem dois requerimentos apresentados por seu presidente, Mário Couto (PSDB-PA). O primeiro solicita prestações de contas relativas a recursos recebidos, nos últimos cinco anos, por meio de convênios com órgãos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, com a Fundação Paraense de Radiodifusão e o Banco do Estado do Pará. Pede detalhes de verbas utilizadas para custear passagens, alimentação e hospedagem dos atletas de clubes filiados que disputam o Campeonato Paraense de Futebol. O segundo requerimento solicita que João Paulo da Silva Corrêa e Edilson da Silva Moraes, representantes da Associação Atlética Santa Cruz, sejam convidados a falar à comissão.

Plenário deve analisar voto distrital para vereador

Proposta que prevê votação distrital de vereadores em municípios com mais de 200 mil habitantes foi rejeitada pela CCJ, mas autor da iniciativa, Aloysio Nunes, pretende levar decisão ao Plenário

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou o voto distrital para eleição de vereadores em cidades com mais de 200 mil habitantes. Mas a decisão final da Casa poderá ser dada pelo Plenário, já que o autor da proposta (PLS 145/2011), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), anunciou que pretende recorrer.

O voto distrital, na modalidade proposta por Aloysio, seria majoritário: o município seria dividido em distritos e cada um elegeeria um vereador.

Tanto Aloysio como o relator, Pedro Taques (PDT-MT), apontaram vantagens na mudança do sistema proporcional para distrital: menor custo das campanhas, contato mais estreito do eleitor com o candidato e fim do chamado "paraquedismo político" (em que um postulante sem vínculo com a comunidade é eleito por influência do poder econômico).

No entanto, prevaleceu o



Geroldo Magalhães/Agência Senado

Para Aloysio, projeto evita "paraquedismo político" e reduz custo de campanha

voto em separado apresentado por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), para quem "o sistema proporcional é o mais adequado às condições modernas de vida, enquanto o voto majoritário cabia em sociedades mais tradicionais, com pouca difusão da informação, nas quais os vínculos pessoais, fundados na vizinhança, eram a principal fonte da confiança política entre representantes e representados".

Senadores como Romero Jucá (PMDB-RR), Humberto Costa (PT-PE), Benedito de Lira (PP-AL) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) questionaram

a conveniência de manter sistemas diferentes para as eleições de vereador, de deputado estadual e de deputado federal. Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a eleição pelo voto distrital retira do vereador a visão do conjunto da política.

Pedro Simon (PMDB-RS) considerou importante experimentar o voto distrital nos municípios, mas sugeriu a continuidade da discussão. Para que a matéria seja debatida em Plenário, é preciso que o recurso seja apresentado em até cinco sessões e contenha no mínimo nove assinaturas.

Casildo: lentidão da Justiça Eleitoral macula democracia

Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou a lentidão da Justiça Eleitoral e disse que a demora no julgamento dos processos, muitos de eleições passadas, geram traumas e insegurança jurídica e maculam a democracia.

Atualmente, 2.403 processos e 784 recursos aguardam julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse Casildo. O senador lembrou ainda que, como saldo residual das eleições de 2012, foram realizados 13 novos pleitos em 27 municípios, sem falar em casos pendentes até o presente momento.

Para apressar o julgamento, Casildo sugeriu mutirões, suspensão dos recessos, plantões nos fins de semana e contratação de funcionários.

Casildo entende que os questionamentos devem ser decididos durante o mesmo período eleitoral, como forma de evitar que os processos se arrastem sem solução.

Wellington anuncia que PT fez proposta de reforma política

O líder do PT, Wellington Dias (PI), comunicou ao Plenário que o presidente de seu partido, Rui Falcão, propôs a eleição de um Congresso exclusivo para a votação da reforma política.

Devido à dificuldade de consenso, o PT, explicou o senador, lançou uma campanha para coletar 1,5 milhão de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular. A proposta, disse Wellington, inclui o fortalecimento dos partidos, com a valorização do programa e a detenção do mandato pelo partido, e não pelo eleito; e o financiamento "transparente, público e exclusivo" de campanha. Também propõe a lista fechada de candidatos, que, na avaliação dele, permite baratear as campanhas e valoriza o conteúdo programático.



Moneira Moneiz/Agência Senado

Renan prevê dificuldades na reforma do ICMS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comentou ontem a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto que unifica as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As declarações foram dadas logo após reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Para Renan, o projeto não "atende os variados interesses, o que dificulta a tramitação". O presidente do

Senado, que também debateu com Mantega questões relacionadas à economia do Nordeste, disse que será preciso uma nova conversa sobre a reforma do ICMS.

— Ficamos de conversar um pouco mais sobre o ICMS. Mas a coisa está complicada e isso vai dificultar a tramitação. Chega a um momento em que o mais conveniente é parar um pouco para discutir melhor — observou Renan.

Além de desacordo entre

os estados sobre pontos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos, o governo federal também não ficou satisfeito com o texto e ameaçou não colocar recursos para garantir a compensação de eventuais perdas na arrecadação dos estados devido à redução da alíquota de ICMS. O objetivo do projeto é acabar com a guerra fiscal entre os estados. A proposta ainda precisa ser votada pelo Plenário do Senado.

Comissão aprova direito de resposta em jornal e revista

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emendas ao projeto de Roberto Requião (PMDB-PR) que regulamenta o direito de resposta nos meios de comunicação (PLS 141/2011). A matéria vai para o Plenário.

O relator do projeto, Pedro Taques (PDT-MT), acolheu duas emendas integralmente e outras três parcialmente, todas de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Uma das preocupações apresentadas por Randolfe, e endossada pelo relator, foi



Geroldo Magalhães/Agência Senado

a manutenção do direito de resposta ao ofendido mesmo com a retratação ou reparação espontânea do meio de comunicação. Por meio de subemenda, Taques procurou deixar claro

que a retratação ou retificação espontânea não impede o ofendido de exercer o direito de resposta e de entrar com ação de reparação por dano moral, mesmo que tenha se dado ao agravo igual destaque.

Para o relator, o texto é de suma importância para a regulamentação do direito de resposta garantido pela Constituição.

Senado aceita indicações de seis embaixadores

O Plenário aprovou as indicações de seis embaixadores para representar o Brasil no exterior.

A embaixadora Maria Elisa de Bittencourt Berenguer foi confirmada para a Colômbia. Na sabatina pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no mês passado, ela observou que a imprensa não tem destacado a realidade da Colômbia. Para ela, o país avançou de forma significativa, mesmo em meio à violência do narcotráfico, da guerrilha e dos paramilitares.

Para a embaixada do Brasil no Azerbaijão, os senadores aprovaram Santiago Luis Bento Fernández Alcázar.

Foram aprovados ainda Edgard Antonio Casciano para a Embaixada do Brasil na Grécia, Julio Glinernick Bitelli para a Tunísia e Douglas Wanderley de Vasconcellos para São Cristovão e Névis, no Caribe. Também foi aprovada Regina Maria Cordeiro Dunlop para o cargo de delegada permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas em Genebra.

Nomes para ANA, Ancine e ANP passam no Plenário

O Plenário do Senado aprovou indicações da Presidência da República para três agências reguladoras.

Paulo Lopes Varella Neto foi reconduzido à direção da Agência Nacional de Águas (ANA), Manoel Rangel Neto foi reconduzido para o terceiro mandato como presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e José Gutman foi aprovado para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O nome de José Gutman já havia sido aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI) em 10 de abril. Formado em engenharia elétrica, Gutman está há 14 anos na ANP, onde ingressou como temporário. Tornou-se funcionário efetivo no primeiro concurso público realizado pela autarquia. É o primeiro integrante dos quadros de carreira da autarquia a chegar ao posto de diretor da ANP.

Senadores dão a 2 de julho status de data histórica

O Plenário do Senado aprovou, por votação simbólica, o projeto PLC 61/2008, que oficializa o dia 2 de julho como data histórica no calendário nacional. O movimento de independência na Bahia, que começou em 1821 e terminou em 2 de julho de 1823, é considerado um precursor da independência nacional, que viria em 7 de setembro de 1822. Ao contrário da proclamação de independência pacífica no Ipiranga, o movimento baiano foi sangrento, com forte participação civil na luta contra a opressão portuguesa.

Lídice da Mata (PSB-BA) parabenizou os deputados baianos que lutaram pelo reconhecimento da data e destacou a atuação da autora do projeto, deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Para Walter Pinheiro (PT-BA), a data é de suma importância para a história do Brasil.